CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

Ações da CGU em 2008

7.6
3c
08
01

Presidência da República
Controladoria-Geral da União

FARN

A Controladoria-Geral da União, criada pela Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, atua, no Poder Executivo Federal, como órgão central das funções de controle interno, correição e ouvidoria. Desenvolve, ainda, ações voltadas para a promoção da transparência e a prevenção da corrupção, que se destacam no núcleo essencial da proposta política e do programa de metas fundamentais do Governo Federal.

Desde que foi criada, em 2003, a CGU vem aperfeiçoando sua estrutura regimental e a aprimorando os processos de trabalho, a fim de cumprir sua missão institucional com crescente eficiência.

Hoje a CGU desenvolve um combate sistemático à corrupção e se dedica ao controle do dinheiro público federal em todas as suas formas e vertentes de aplicações. Por isso, a instituição tem se firmado também como uma típica agência anti-corrupção, que privilegia a elaboração de estratégias e políticas de prevenção e combate a esse mal.

Estrutura

A estrutura da CGU é composta basicamente por quatro unidades, responsáveis pela condução das atividades referentes a cada uma das áreas de atuação do órgão:

1. Controle interno → Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)
2. Correição → Corregedoria-Geral da União (CRG)
3. Prevenção da corrupção → Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI)
4. Ouvidoria → Ouvidoria-Geral da União (OGU)

Também integra a estrutura da CGU, como órgão colegiado e consultivo, o Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção. O Conselho é formado paritariamente por representantes do governo e da sociedade civil, e tem a finalidade de debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento para as atividades de controle dos recursos públicos, de promoção da transparência na gestão pública e de combate à corrupção e à impunidade.

Diretrizes básicas de atuação da CGU

- Qualificação do controle interno
- Responsabilização administrativa como forma eficaz de combate à impunidade
- Ênfase em medidas de prevenção da corrupção
- Articulação interinstitucional
- Incentivo ao controle social
- Incremento da transparência pública
- Articulação internacional

SUMÁRIO

657.6
B83c
2008
ex 01

RG 34.110
FARN
BIBLIOTECA
Nº Reg P000374
02.09.10

Introdução 03

Controle Interno 04

Medidas Punitivas 11

Medidas Preventivas 13

Ações de Ouvidoria 19

Articulação Internacional 19

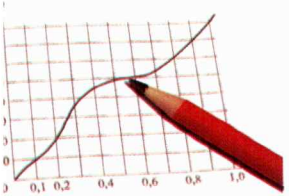
No ano de 2008, a Controladoria-Geral da União (CGU) avançou ainda mais no decidido combate que trava contra a corrupção e tem certeza de que importantes resultados foram alcançados. Essa atuação prossegue orientada por princípios fundamentais adotados pela CGU desde 2003: a articulação permanente com os órgãos de controle e fiscalização do Estado brasileiro; o incentivo à ampliação do controle social, por meio da parceria com diferentes setores da sociedade brasileira; a ênfase nas medidas de prevenção da corrupção; o incremento da transparência pública; e a articulação com organismos internacionais.

Esses princípios têm permitido à CGU dar prioridade, em suas ações, tanto à área da repressão quanto à linha da prevenção da corrupção, dois aspectos do problema que não podem ser tratados separadamente. Por isso mesmo, esse mal que aflige todos os países tem encontrado no Governo Brasileiro ações firmes e persistentes no seu enfrentamento. A determinação com que o Brasil tem atuado nessa área faz com que os enormes avanços experimentados pelo País na prevenção e no combate à corrupção já sejam reconhecidos, tanto internamente quanto no exterior.

Diretrizes de atuação

- Articulação com os demais órgãos de controle e fiscalização do estado brasileiro
- Promoção da transparência pública
- Medidas de prevenção da corrupção
- Parceria com a sociedade na construção do controle social
- Articulação internacional

O Governo prosseguiu no enfrentamento da corrupção na área pública. Os esforços empreendidos pelas instituições de defesa do Estado (CGU, Polícia Federal, Ministério Público, Advocacia-Geral da União, entre outras) não passam despercebidos pela sociedade. Pesquisa de âmbito nacional, realizada em maio de 2008 pela Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com o Instituto Vox Populi, apontou que cerca de 75% dos entrevistados reconhece que cresceu neste governo "a apuração dos casos de corrupção que antes ficavam escondidos". No âmbito internacional, pesquisa semelhante da ONG chilena Latinobarômetro mostra que 45% dos entrevistados reconhecem progressos na luta contra a corrupção no Brasil, percentual superior à média do continente.



Reflexo das ações positivas empreendidas pelo Brasil em relação ao tema é o reconhecimento oficial dos organismos internacionais especializados da Organização das Nações Unidas (ONU), que tem convocado a CGU para oferecer assistência técnica e capacitação a outros países nessas áreas.

Destacam-se, a seguir, algumas das principais ações da CGU iniciadas ou intensificadas em 2008.

CONTROLE INTERNO

Fiscalizações e auditorias

Em 2008, a CGU deu continuidade ao Programa de Fiscalização em Pequenos e Médios Municípios a partir de Sorteios Públicos. Sistemática inovadora e exitosa, adotada a partir de abril de 2003, o programa já está na 27ª edição, com 1.461 municípios fiscalizados, correspondendo a 26,25% do total de municípios brasileiros, e englobando recursos públicos federais da ordem de R$ 10,3 bilhões. Estendido, em 2004, à fiscalização da aplicação de recursos federais pelos Estados, foram realizadas, até 2008, oito edições do sorteio de Estados, resultando em 77 fiscalizações conduzidas pela CGU, que contemplaram recursos da ordem de R$ 8,2 bilhões. No exercício de 2008, também foi realizada a primeira edição do Sorteio Especial, que escolheu 50 municípios para serem fiscalizados exclusivamente quanto aos recursos do PAC Saneamento e Habitação, da ordem de R$ 318 milhões.



Em 2009, a CGU dará continuidade ao já consagrado Programa de Fiscalizações por Sorteios, com ênfase no aperfeiçoamento e na focalização temática, o que possibilitará a concentração dos esforços em assuntos de especial relevância e criticidade, com a elaboração de diagnósticos mais aprofundados sobre as ações de governo fiscalizadas.

Desde 2007, as capitais e os grandes municípios (com mais de 500 mil habitantes) passaram a ser objeto de um programa contínuo de fiscalização, denominado Fiscalização de Recursos Federais Aplicados por Prefeituras de Capitais e Grandes Municípios. Em 2008, foram realizadas 455 fiscalizações, garantindo uma cobertura de 98% dos municípios não-abrangidos pelo Sorteio de Municípios. A CGU atuou em 15 municípios com população acima de 500 mil habitantes e ainda em todas as 27 capitais brasileiras. Cabe destacar que o PAC representou cerca de 15% das fiscalizações realizadas.

A CGU buscou priorizar, em 2008, o acompanhamento e a fiscalização das ações do PAC, lançado em janeiro de 2007, atuando em três frentes de trabalho distintas e complementares entre si: acompanhamento das grandes obras; fiscalização de pequenos e médios empreendimentos nas áreas de saneamento e de habitação, por meio do Programa de Sorteios; e fiscalização de obras em decorrência de denúncias e representações de outros órgãos de defesa do Estado, como ocorreu, por exemplo, na Operação João de Barro investigação do Departamento de Polícia Federal em 114 municípios de Minas Gerais, 1 de Tocantins, 1 do Espírito Santo e 3 do Rio de Janeiro.

A CGU também realizou ações de controle com o objetivo de avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas de Governo e dos orçamentos da União. Sob esta ótica foram executadas 8.051 fiscalizações que subsidiaram a avaliação dos principais programas, bem como de políticas públicas que não constam na Lei Orçamentária, entre as quais destacam-se: PAC; Saneamento Ambiental Urbano; Bolsa Família; Programa de Saúde da Família; Desenvolvimento da Educação Profissional; Brasil Escolarizado; Manutenção da Malha Rodoviária Federal; Gestão de Política de Segurança Alimentar e Nutricional; Proteção Social Básica. A seguir, alguns trabalhos desenvolvidos, no exercício de 2008, nessa linha de atuação:

POSTOS DE PESAGEM DE VEÍCULOS

Auditoria sobre a operação dos Postos de Pesagem de Veículos (PPV). Em face às constatações apontadas, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) concluiu a licitação referente à 1ª etapa do novo Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem, que prevê a implantação, num prazo estimado de cinco anos, de 228 postos de pesagem, sendo 145 fixos e 83 postos móveis.

Concessão dos serviços de infraestrutura rodoviária acompanhamento realizado com o intuito de avaliar o desempenho da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) quanto à verificação das condicionantes contratuais por parte das concessionárias.

FERROVIA NORTE-SUL

Fiscalização preventiva em três trechos em execução da construção da Ferrovia Norte-Sul, administrada pela Valec. Os resultados têm ajudado a solucionar os problemas detectados, de forma a evitar a ocorrência das mesmas falhas nos lotes ainda não-concluídos e a paralisação dos empreendimentos contemplados pelas políticas públicas de desenvolvimento do modal ferroviário.

PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO

Fiscalizações de acompanhamento das ações de qualificação profissional e de auxílio financeiro aos jovens, a partir da verificação dos Consórcios Sociais da Juventude e Juventude Cidadã, no montante total de R$ 72, 3 milhões.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Ações de controle para verificações relativas às hipóteses de extinção de dívidas, de dívidas não-ajuizadas ou suspensas e das providências adotadas em vista das recomendações da CGU no ano anterior.

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

Trabalhos realizados em cerca de 200 municípios com o objetivo de verificar as atividades desenvolvidas pelos profissionais de saúde; as condições das unidades básicas de saúde; e qualidade dos atendimentos realizados.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Foram realizados trabalhos em cerca de 200 municípios com o objetivo de certificar a execução do programa, verificando critérios de elegibilidade de beneficiários; o funcionamento do controle social e o cumprimento das condicionalidades.

A CGU continua a ampliar e a intensificar o acompanhamento sistemático dos programas de governo e da atuação dos órgãos responsáveis. Tais trabalhos, além de possuírem forte caráter de prevenção, atendem ao propósito de auxiliar os gestores federais na identificação das fragilidades existentes nas ações governamentais, ampliando as possibilidades de correção e revisão de rumos.

No tocante às Auditorias Anuais sobre as Tomadas e Prestações de Contas, além de buscar, em conjunto com o TCU, a simplificação dos procedimentos, a CGU realizou nos últimos seis anos 7.378 auditorias ordinárias, sendo 1.180 em 2008.

No contexto das Auditorias Especiais em órgãos públicos federais, destacam-se as seguintes ações executadas em 2008:

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB)

Auditoria especial em que foram analisadas operações de renegociação de dívidas com redução de encargos de normalidade, no

período de janeiro/2003 a setembro/2007, em contratos lastreados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Principais constatações: realização de renegociação extrajudicial de dívidas originárias de operações contratadas com recursos do FNE, com dispensa de encargos de normalidade, sem base legal e em desacordo com pareceres da Advocacia-Geral da União (AGU), ocasionando prejuízo de R$ 31.944.673,03; renegociações com redução de encargos normais em operações com recursos do FNE (valores potenciais) R$ 106.398.068,66; fragilidades no sistema de controle de operações de crédito do BNB.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Análise sobre a atuação da unidade na formulação de políticas sobre a concessão e renovação dos Certificados de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas), emitidos no período de 2000 a 2008. Principais constatações: falhas na instrução dos processos; falhas relacionadas à adequação de demonstrativos contábeis aos requisitos legais.

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS (NUCLEP)

Verificação das contratações efetuadas pela Nuclep para construção de partes da Plataforma P-51 da Petrobrás, por demanda da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. Principais constatações: irregularidades na contratação da empresa responsável pela construção e paralisações sucessivas das obras.

CORREIOS

Continuidade no aprofundamento dos trabalhos de auditoria iniciados em 2005. Análise feita em colaboração com o Ministério Público evidenciou a existência de listas de pagamento de vantagem indevida a empregado da empresa por fornecedores. Foram acompanhados os desdobramentos das apurações da Operação Selo, deflagrada em 2007 pela Polícia Federal, referente à responsabilização de empregados e penalização de fornecedor. Foram iniciados os trabalhos de apuração sobre a Operação Déjà Vu, deflagrada em 2008 pela Polícia Federal. Principal constatação: continuidade de favorecimentos a terceiros pela prática de liberalidades não-autorizadas em lei na execução dos contratos.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

Auditoria realizada por solicitação da reitoria da UnB, para apurar supostas irregularidades na gestão dos recursos da Fundação

Universidade de Brasília e no relacionamento com as fundações de apoio, compreendendo o período de 1996-2008. Principais constatações: manutenção de folha de pagamento paralela; prestadores de serviço contratados sem processo seletivo ou sem contrato formal, inclusive com quantidade significativa de parentes de servidores da entidade; sobrepreço e superfaturamento na contratação de obras; existência de obras inacabadas; irregularidades no relacionamento com fundações de apoio; utilização das fundações para fuga ao procedimento licitatório e atendimento a interesses privados; pagamentos por serviços não prestados.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)

Auditoria especial realizada em abril de 2008 visando verificar a utilização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal pelo então reitor da Unifesp, conforme levantamento de gastos disponibilizado no Portal da Transparência, referentes aos exercícios de 2006, 2007 e 2008.

Principal constatação: de R$ 90.762,22 utilizados com cartão, R$ 61.324,99 foram gastos com despesas inelegíveis. Esse montante foi restituído pelo então reitor aos cofres públicos.

EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

Exame de todos os 53 projetos elaborados no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) aprovados pela Secretaria de Educação Superior (Sesu), importando um montante de R$ 1.613.927.202,19.

Principais constatações: aprovação, pela Sesu, de 38 projetos do Reuni com base no valor global, apesar de não estarem detalhados os Planos de Trabalho para os exercícios de 2009 a 2012. Nos demais 15 projetos, foi detectado sobrepreço em relação ao Sinapi no valor de R$ 156.730.759,90, correspondendo a 26,13% do montante analisado. Este resultado projetado para o total de recursos estimado para o Reuni sinalizou sobrepreço potencial da ordem de R$ 421.774.990,32.

MINISTÉRIO DO ESPORTE



Auditoria especial e fiscalização sobre a regularidade da execução de transferências à Confederação Brasileira de Futebol de Salão para a realização do 6º Campeonato Mundial de Futsal da Federação Internacional das

Associações de Futebol (FIFA) 2008, demandada pela Polícia Federal. Economia potencial da ordem de R$ 3,5 milhões. Até dezembro de 2008, não havia sido encerrado o prazo para apresentação da prestação de contas do convênio, razão pela qual ainda poderão ser identificados outros gastos evitáveis.

CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL (CPGF)

Foram realizadas diversas fiscalizações sobre a utilização dos CPGF pelos agentes supridos, inclusive por ministros e ex-ministros, para verificar a regularidade de despesas feitas com recursos do suprimento de fundos.

A CGU também realiza ações de fiscalizações de recursos públicos federais transferidos sobre os quais pairem suspeições de desvios. Não se trata do trabalho regular de fiscalização e auditoria, tampouco do acompanhamento feito por sorteio. Neste caso, a seleção é realizada de acordo com informações previamente coletadas pela fiscalização regular, em que se identifique um padrão de irregularidades, ou por escolha compartilhada com outros órgãos de defesa do Estado, tais como a Polícia Federal ou o Ministério Público. Muitas dessas ações deram origem a operações especiais em conjunto com a Polícia Federal, dentre as quais destacam-se: Operações Rapina e Rapina II (Maranhão), Operação Telhado de Vidro (Rio de Janeiro), Operação Higia (Rio Grande do Norte), Operação Pasárgada (Minas Gerais), Operação João de Barro (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Tocantins e Espírito Santo), Operação Toque de Midas (Amapá) e Operação Nêmesis (Maranhão).

Outra forma de atuação é originada a partir de denúncias fundamentadas de cidadãos ou mesmo da imprensa. Durante o exercício de 2008, foi recebido pela CGU um total de 3.762 denúncias e representações. Dessas, 2.497 demandaram ação de controle específica por parte da CGU, objetivando identificar e apurar a procedência dos fatos apontados como irregulares na aplicação dos recursos públicos federais. Em 2008, foram concluídas 908 fiscalizações, realizadas em 348 municípios. Os resultados, além de constar dos Relatórios Anuais de Auditoria sobre a Prestação de Contas dos responsáveis pelas respectivas unidades/entidades, são enviados ao Tribunal de Contas da União e, ainda, se for o caso, à Polícia Federal e ao Ministério Público.

As Tomadas de Contas Especiais (TCE) são os instrumentos processuais utilizados para apurar e individualizar responsabilidades e quantificar prejuízos por ocorrência de dano à administração pública federal, visando, ainda, à obtenção do respectivo ressarcimento. As TCE analisadas pela CGU, ao longo dos últimos seis anos, chegaram a 12.838, compreendendo o potencial retorno de recursos aos cofres públicos federais de R$ 3.717.318.527,29. Em 2008, o número de TCE analisadas foi de 1.446,

indicando retorno potencial aos cofres públicos de R$ 642.829.005,20.

Na área de pessoal, a CGU realizou auditorias mediante a verificação da consistência das folhas de pagamento dos órgãos federais ou por meio de trilhas de auditorias aplicadas nos sistemas de pessoal. Além disso, nos últimos seis anos, a CGU procedeu à análise e enviou ao Tribunal de Contas da União 447.702 processos de Aposentadoria, Pensão e Admissão, totalizando cerca de R$ 1,9 bilhão. Em 2008, até agosto, foram analisados e enviados ao TCU 97.000 processos envolvendo R$ 533.153.050,00.

Orientação preventiva

Com foco na ampliação do controle preventivo e consciente de que é também parte integrante e ativa do ciclo da gestão pública, a CGU tem aprofundado as relações de cooperação de suas equipes com os gestores federais, em todas as instâncias e oportunidades, com vistas à conjugação de esforços para melhorar os resultados do trabalho realizado. A partir dessa orientação geral, foram realizadas várias ações de controle preventivo, destacando-se as seguintes:

→ Realização de cursos, seminários, fóruns e reuniões de discussão com os gestores federais em diversos níveis, sobre temas inerentes à gestão pública, dentre os quais ressalta-se:

- Integração das ações de acompanhamento e de controle das obras do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC (principal instrumento da estratégia de desenvolvimento do país)
- Elaboração da prestação de contas anual
- Processo relacionado ao exercício do controle, com destaque para os controles internos necessários na gestão dos recursos governamentais, visando proteger o patrimônio público
- O papel da Auditoria Interna das Entidades da Administração Pública Federal
- Tomada de Contas Especial
- Transferências de recursos públicos mediante "Convênios" e "Contratos de Repasse", destacando a implantação de sistema informatizado de registro, acompanhamento e controle da execução dessas transferências no âmbito de toda a Administração Pública (federal, estadual e municipal)

→ Implementação do Observatório da Despesa Pública (ODP), projeto promissor, que utiliza as ferramentas mais avançadas de tecnologia da informação para análise e acompanhamento da despesa pública. Lançado em dezembro de 2008, o ODP simula uma "malha fina", concebida para identificar situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitar que elas ocorram. Tais instrumentos já foram utilizados na análise de gastos

realizados por meio de Suprimento de Fundos, para identificação de situações atípicas e de irregularidades potencias no uso do CPGF, bem como no apoio aos trabalhos da CPMI relativa ao tema. O ODP está sendo utilizado, também, para análise da base de dados do Comprasnet o sistema de compras do Governo Federal , de forma a verificar tipologias de irregularidades potenciais e produzir estatísticas e relatórios gerenciais sobre as compras efetuadas pela Administração Federal.

MEDIDAS PUNITIVAS

Em 2008, a CGU, que também é o órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, por meio da Corregedoria-Geral da União (CRG), deu prosseguimento aos esforços envidados desde 2005 para fortalecimento e aprimoramento do sistema.

O combate à impunidade, objetivo precípuo da atividade correicional, encontra efetividade através da função eminentemente disciplinar que é conferida à CRG. No ano de 2008, a CGU levou adiante a complexa missão de promover a apuração da responsabilidade dos agentes públicos na esfera administrativa, sem, entretanto, esquecer o caráter orientador que deve revestir essa atividade.

Nos últimos seis anos, no âmbito do Poder Executivo Federal, foram instaurados mais de 25 mil sindicâncias e processos administrativos disciplinares, o que gerou a aplicação de 1.969 punições administrativas expulsivas de servidores civis, dentre elas 1.705 demissões, 143 destituições e 121 cassações de aposentadoria. No ano de 2008, foram aplicadas 347 punições expulsivas (284 demissões, 28 cassações e 35 destituições). Entre as principais motivações que embasaram as punições expulsivas aplicadas em 2008 prevalecem os itens valimento do cargo (31,83%) e improbidade administrativa (16,46%).



Em 2008, a CGU procedeu a instauração e condução direta de 122 procedimentos administrativos disciplinares, entre processos administrativos disciplinares (PAD), em sentido estrito, e sindicâncias punitivas e investigativas. Além disso, foram instauradas 40 sindicâncias patrimoniais, e foi verificada a regularidade de 831 processos disciplinares instaurados e conduzidos nos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Foram realizadas ainda 40 inspeções em unidades de correição do Poder Executivo Federal e instaurados, sob recomendação da CRG, mais de 200 processos disciplinares.

A sindicância patrimonial, que se destina à verificação de enriquecimento ilícito por parte de agentes públicos nos casos de evolução patrimonial incompatível com a renda, assumiu, em 2008, definitivamente, o seu papel junto aos demais procedimentos apuratórios. Já são mais de 70 sindicâncias patrimoniais instauradas pela própria CGU, entre 2006 e dezembro de 2008, originadas de relatos da ocorrência de operações suspeitas encaminhadas pelo Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf); da verificação de incompatibilidades patrimoniais constantes das declarações de bens e direitos; ou de denúncias e representações sobre atividades suspeitas e sinais exteriores de riqueza.

Com o propósito de punir com rigor as pessoas jurídicas que participam de fraudes contra a Administração Pública, a CGU criou, em dezembro de 2007, a Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores (CPAF). Vinculada diretamente à CRG, em 2008 declarou a inidoneidade de oito empresas, impedindo-as de licitar e contratar com a Administração Pública. Entre essas estão algumas que alcançaram grande destaque na mídia em razão da direta participação em graves acontecimentos que abalaram a opinião pública nacional: a Construtora Gautama (um dos principais alvos das apurações na chamada "Operação Navalha"); as empresas do Grupo Planam (que capitanearam as fraudes investigadas pela Operação "Máfia das Ambulâncias", que gerou a "CPI das Sanguessugas"); e, mais recentemente, as empresas sob foco da "Operação Mão-de-Obra", a exemplo da Conservo.

Em continuidade ao já consolidado programa de formação de membros de comissões disciplinares, a CGU promoveu, em 2008, a capacitação de 1.116 servidores públicos federais, perfazendo um total de 5.873 profissionais capacitados nos últimos seis anos. Na mesma linha, a CGU deu início ao curso de formação de gestores, ministrado para 56 autoridades, oriundas dos Ministérios da Fazenda e do Trabalho. O objetivo é estender os programas de capacitação em direito disciplinar a outros atores envolvidos no exercício das funções correcionais.

Estabelecida em 2007, a parceria entre a CGU, a Escola de Administração Fazendária (Esaf) e a Universidade de Brasília (UnB) para a promoção de curso de pós-graduação lato-sensu em Direito Disciplinar teve início em 2008, com a participação de 45 profissionais atuantes em unidades de correição da CGU e dos ministérios da Justiça (Departamento de Polícia Federal), da Saúde (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), da Previdência Social (Instituto Nacional de Seguridade Social) e da Fazenda (Banco Central do Brasil e Secretaria da Receita Federal do Brasil).

Promoção da Transparência Pública

A prioridade atribuída pelo atual governo ao incremento da transparência pode ser constatada pelos avanços verificados no Portal da Transparência (www.portaldatransparencia.gov.br), que disponibiliza ao cidadão informações sobre as aplicações diretas dos órgãos federais, as transferências de recursos para Estados, Distrito Federal e municípios, além de dados sobre os gastos com os cartões de pagamento do governo. Lançado em 2004, contendo inicialmente 80 milhões de registros, o Portal da Transparência abriga hoje mais de 744 milhões de informações, envolvendo recursos federais da ordem de R$ 5 trilhões.

O Portal da Transparência oferece um sistema de mala direta, pelo qual é possível receber, via e-mail, informações sobre liberações de recursos para o município de interesse, para fins de acompanhamento dos convênios. O sistema conta, atualmente, com mais de 17 mil cidadãos cadastrados.

Em dezembro de 2008, a CGU lançou a nova versão do Portal com o objetivo de facilitar ainda mais o acesso do cidadão às informações sobre a execução orçamentária dos programas e ações do Governo Federal. Foram realizadas mudanças na programação visual e a inclusão de novas consultas, entre as quais: Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis); gastos ou transferências feitos em favor de entidades sem fins lucrativos; cartões de pagamento por portador; e transferências para entidades no exterior. A nova configuração do Portal da Transparência também facilita a análise dos gastos realizados. Agora, os resultados das consultas, de modo geral, podem ser salvos em planilhas, o que permite reagrupar os dados conforme o interesse do usuário para eventuais comparações. No total, há cerca de 39 mil planilhas à disposição do público.



Tudo isso faz com que o Portal da Transparência seja reconhecido como um instrumento, a um só tempo, de controle e de participação social inovador e eficiente, sem paralelo mesmo entre os países desenvolvidos. Em 2008, o Portal foi o vencedor do Prêmio da ONU, na categoria "Finanças e Administração Pública", e da última edição do Prêmio Conip de Excelência em Inovação na Gestão Pública. Além disso, foi classificado entre as dez iniciativas vencedoras do 12º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal.

Além do Portal da Transparência, informações referentes a execução orçamentária, licitações, contratos, convênios, diárias e passagens de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal estão disponíveis nas Páginas de Transparência Pública (www.transparenciapublica.gov.br), instituídas em 2006. Até dezembro de 2008, 385 órgãos e entidades do Governo Federal já haviam disponibilizado as Páginas de Transparência em seus sítios na internet. Também em 2008, as Páginas de Transparência passaram por um processo de reformulação gráfica, para fornecer navegação mais fácil e novas formas de consultas, inclusive com opção de busca avançada. Foi criada, ainda, uma página eletrônica que facilita a identificação de todos os órgãos e entidades que possuem "Páginas de Transparência" e da origem dos dados apresentados.

OS NÚMEROS DA TRANSPARÊNCIA*

Portal da Transparência

Recursos envolvidos: R$ 4.929.379.486.214,07
Registros: 744.870.256
Total de visitas: 1.469.743
Média de visitas/mês: 122.479

Favorecidos:
Pessoas Físicas (incluindo os programas sociais): 19.733.009
Pessoas Físicas (sem os programas sociais): 1.859.102
Pessoas Jurídicas: 355.191

Programas de Governo:
Total de beneficiários: 17.873.907
Total de programas: 535
Total de ações de governo: 5.165

Páginas de Transparência Pública

Órgãos da administração direta: 200
Autarquias e fundações: 122
Empresas públicas: 43
Total de visitas: 1.296.291
Média de visitas/mês: 108.024

* Dados até dezembro/2008.

Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS

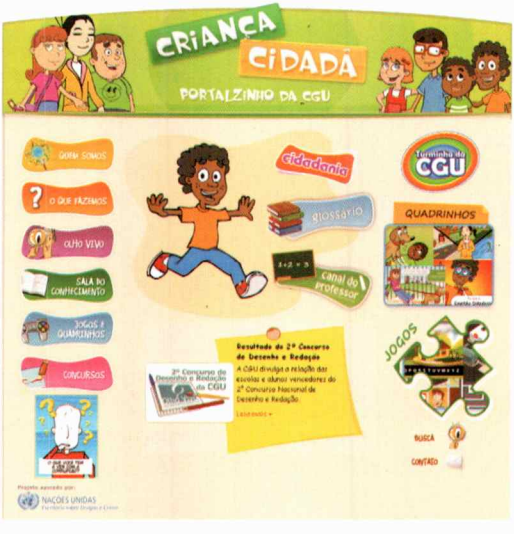
O Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas (Ceis), já com cerca de mil registros de empresas punidas pelos entes federais e estaduais, tem como objetivo consolidar o rol das empresas que sofreram sanções pelos órgãos e entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas, evitando que empresas punidas por um determinado órgão ocultem essa punição para contratar com outro órgão público. Ao consolidar dados de várias fontes e traduzi-los para uma linguagem mais compreensível, o Ceis aumenta a transparência sobre o assunto. Além disso, para preservar a fidedignidade das informações, traz a indicação da fonte, o que possibilita ao usuário aprofundar sua consulta, caso deseje o contato direto com o órgão sancionador.



Capacitação para o controle social

A CGU tem investido fortemente nas ações de prevenção e de capacitação para o controle social, tendo avançado em várias frentes durante o ano de 2008.

Além disso, a CGU também tem investido na realização de ações que objetivam promover a ética e a consciência de cidadania junto ao público infanto-juvenil. Dentre elas, o lançamento do sítio infantil "Criança Cidadã Portalzinho da CGU", que contém jogos e histórias em quadrinhos para transmitir mensagens sobre ética e cidadania para as crianças. O sítio também possui um espaço dedicado aos professores, com orientações para trabalhar os temas em sala de aula. Outra ação promovida foi a 2ª edição do Concurso de Desenho e Redação entre alunos do ensino fundamental e médio, em âmbito nacional. Em 2008, mais de 250 mil crianças de todos os Estados do Brasil apresentaram trabalhos nessa edição do concurso. Além disso, em 2008, a CGU firmou parceria com o Instituto Maurício de Sousa criador da Turma da Mônica para a implementação do



projeto "Um por todos, todos por um Pela ética e cidadania", e pretende, em 2009, realizar ações de estímulo ao controle social integradas com os programas "Escola Aberta" e "Mais Educação", do Ministério da Educação.

Outra importante frente de trabalho adotada pela CGU é a realização das atividades do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, que desde 2004 sensibiliza e orienta conselheiros municipais, lideranças comunitárias, agentes públicos, professores e alunos da rede pública acerca da importância do controle social. Em 2008, foram realizados 26 eventos presenciais, que alcançaram 217 municípios. Nos últimos quatro anos, o programa já realizou 125 encontros e beneficiou 1.011 municípios brasileiros, capacitando, aproximadamente, 24 mil cidadãos. Além disso, o programa promoveu cursos a distância que capacitaram 6.022 cidadãos e distribuiu mais de 1,6 milhão de exemplares da cartilha "Olho Vivo no Dinheiro Público", que contém orientações para a população sobre a correta aplicação dos recursos públicos.



A CGU promoveu as atividades do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, instituído em 2006, com o objetivo de aprimorar a gestão dos recursos públicos pelos Estados e municípios brasileiros. A escolha dos municípios que participam do Programa é feita por sorteio público entre os que se inscrevam voluntariamente, e a definição das ações a serem adotadas é feita pela CGU em parceria com cada município sorteado, considerando a necessidade específica de cada cidade. Até dezembro de 2008, o Programa contava com 1.052 municípios inscritos. Sete sorteios já foram realizados, por meio dos quais já foram beneficiados 229 municípios, capacitados 2.709 agentes públicos municipais e distribuídos mais de 60 mil manuais com informações sobre gestão de recursos públicos e programas federais. Além dos resultados da ação decorrente dos sorteios, também foram desenvolvidas atividades de apoio à instituição e à operacionalização de unidades de controle interno nos municípios e Estados, que beneficiaram 613 municípios e nove Estados, totalizando 3.601 servidores capacitados somente com essa ação. Outros 1.321 servidores públicos de todo o País foram treinados em cursos de educação a distância.

Incentivo ao estudo e à pesquisa sobre controle da corrupção

Com o objetivo de estimular o desenvolvimento de linhas de pesquisa e a criação de centros de estudos sobre corrupção, a Controladoria celebrou, no ano de 2008, quatro novos acordos de cooperação técnica com universidades, inclusive internacionais, totalizando 22 acordos firmados.

Com o mesmo objetivo, a CGU trabalhou, no ano de 2008, no aprimoramento da Biblioteca Virtual sobre Corrupção (BVC). A Biblioteca reúne, até o momento, mais de 1.100 documentos, entre artigos, teses, notícias, eventos, apresentações e outros materiais relacionados ao tema corrupção.

No ano de 2008, foi realizada a 3ª edição do Concurso de Monografias da CGU, que tem como tema a prevenção e o combate à corrupção no Brasil. Em complemento a isso, os trabalhos premiados no 2º Concurso de Monografias foram divulgados na publicação "Prevenção e Combate à Corrupção no Brasil".

A CGU realizou em todos os Estados brasileiros, em parceria com universidades e faculdades, seminários, oficinas e workshops com o intuito de promover o debate, no âmbito acadêmico, sobre a prevenção e o combate à corrupção no Brasil. Essas ações buscam despertar e fortalecer o interesse por essa temática no ambiente universitário, estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas e conscientizar alunos e professores sobre o papel que têm, como cidadãos e acadêmicos, no controle da corrupção.

Editada semestralmente, a Revista da CGU é uma publicação técnico-científica que visa divulgar trabalhos sobre temas relativos às atividades de auditoria, fiscalização, ouvidoria, correição e prevenção da corrupção, com o intuito de incentivar a análise e discussão de questões relacionadas à luta contra a corrupção. Em 2008 foram publicadas a 4ª e 5ª edições da Revista da CGU.

Aprimoramento do marco legal

Na questão do aperfeiçoamento do marco legal e normativo de sua área de atuação, a CGU, depois de ouvir o Conselho da Transparência Pública, apresentou anteprojeto de lei sobre o acesso a informação e participou ativamente das discussões que se desenvolveram, no âmbito do Governo, sobre o tema. Além disso, iniciou estudos para elaboração de anteprojetos de lei sobre os seguintes temas: (i) responsabilidade civil e administrativa da pessoa jurídica pela prática de atos contra a Administração Pública; (ii) organização e manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas proteção ao denunciante de boa-fé; e (iii) regulamentação do lobby, tendo realizado, em parceria com a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e com a Casa Civil da Presidência da República, o "Seminário Internacional sobre Intermediação de Interesses: a Regulamentação do Lobby no Brasil", que contou com a presença de representantes de todos os Poderes e também do setor privado, buscando subsídios para um novo projeto de regulamentação dessa atividade ou para atualização e aprimoramento dos projetos já em tramitação no Congresso Nacional.

AÇÕES DE OUVIDORIA

A Ouvidoria-Geral da União (OGU), unidade integrante da CGU, tem concentrado seus esforços, nos últimos seis anos, no incentivo à participação de todos os ouvidores públicos para o fortalecimento da cidadania, bem como na interação afirmativa de estímulo à expansão do segmento de ouvidoria junto aos dirigentes dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, o que tem permitido a consolidação e o fortalecimento desse segmento.

Nesse cenário, a evolução da quantidade de ouvidorias em operação no Poder Executivo Federal passou de 40 unidades em 2003 para 149 em 2008. No último ano foram criadas, com a supervisão técnica da OGU, 11 novas unidades de ouvidoria. O atendimento às manifestações de cidadãos também apresentou significativa evolução nos últimos anos, passando de 1.764.291 em 2005 para 2.048.654 em 2008.

O crescimento expressivo do quantitativo de Ouvidorias no país está associado à necessidade, cada vez mais sentida pela população, de instrumentos que assegurem maior transparência no funcionamento do Estado, inibam a corrupção e o desperdício, e aumentem, na mesma proporção, a moralidade e a eficiência da administração pública, defendendo o cidadão junto à Administração.

Dando seqüência à prática iniciada em 2006, a OGU ofereceu em 2008 cursos gratuitos de aperfeiçoamento para ouvidores e servidores de unidades de ouvidoria em oito capitais do país, alcançando a participação de mais de 1.000 ouvidores e servidores de unidades de ouvidoria.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

A CGU é o órgão responsável pelo acompanhamento da implementação, no Brasil, das medidas previstas em cada um dos três tratados internacionais que o País ratificou na área de combate à corrupção: a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção da ONU), a Convenção Interamericana contra a Corrupção (Convenção da OEA) e a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE). Uma série de medidas foi adotada, em 2008, pela CGU, para divulgar os termos dessas convenções, como a elaboração e a distribuição de material informativo; o desenvolvimento do hotsite da Convenção da ONU (www.cgu.gov.br/onu) e a manutenção dos demais hotsites: www.cgu.gov.br/oea e www.cgu.gov.br/ocde.

Em 2008, a CGU integrou, no âmbito do Grupo de Trabalho da OCDE sobre suborno de funcionários públicos estrangeiros, o grupo responsável pela avaliação da Argentina. Já no âmbito do Mecanismo para a Implementação da Convenção da Organização dos Estados Americanos contra a Corrupção, o País integrou o grupo que avaliou São Vicente e Granadinas quanto à implementação da referida Convenção, além de ter apresentado, em dezembro, o relato oral sobre as medidas adotadas para atender às recomendações recebidas pelo Brasil, em 2007, na segunda fase dessa avaliação.

A CGU coordenou o processo de avaliação do Brasil na segunda Rodada de Avaliação da Implementação da Convenção da OEA, sobre os temas de contratação de servidores públicos, contratação de obras e serviços, proteção a denunciantes de boa-fé e tipificação de atos de corrupção. A avaliação do Brasil mostrou-se bastante positiva, com o reconhecimento das boas iniciativas do País.

O Brasil foi representado pela CGU em importantes eventos de articulação e discussão de temas ligados ao controle interno governamental e à prevenção da corrupção, alterando qualitativamente a presença e a imagem do nosso País nesses fóruns.

De modo especial, o Brasil teve destaque na segunda Reunião dos Estados Parte da Convenção da ONU contra a Corrupção, realizada em Bali, na Indonésia, em janeiro de 2008. Na ocasião, o Portal da Transparência da CGU foi reconhecido pela ONU como uma das melhores iniciativas, em todo o mundo, na área da prevenção da corrupção.

Em julho de 2008, a CGU participou de painel do Conselho Econômico e Social da ONU, em Nova York, Estados Unidos, promovido no contexto da celebração do 60º aniversário do Programa das Nações Unidas em Administração Pública. Na ocasião, o titular da CGU fez palestra sobre as iniciativas de combate à corrupção como suporte aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

UNODC
Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

O Brasil também foi representado pela CGU no encontro "Abordagens e Técnicas de Comunicação para Apoiar Esforços de Combate à Corrupção", realizado em Viena, Áustria, em novembro de 2008, pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) e o Banco Mundial. A CGU apresentou as iniciativas adotadas no País para prevenir e combater a corrupção. O titular do órgão foi recebido pelo diretor-geral do UNODC e estimulado a oferecer consultoria, por meio de cooperação técnica, a países da África e da América Latina.

Também em novembro de 2008, a CGU participou, em Portugal, da I Conferência Anual de Inspetores-Gerais do Estado e de Finanças da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Entre as principais

decisões tomadas durante a conferência em Portugal, está a elaboração do "Manual de Controle Financeiro" comum, bem como projeto de elaboração de "Glossário comum de termos e expressões utilizados nos produtos dos órgãos de controle interno da CPLP". A próxima conferência será realizada, em 2009, no Brasil.

A CGU ainda foi responsável por organizar a 3ª Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), que reuniu em Brasília, no mês de dezembro de 2008, autoridades encarregadas do controle dos gastos públicos em países do Mercosul, para estabelecer relações de cooperação científica, técnica e operacional.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU
SAS, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro
70070-905 - Brasília/DF
cgu@cgu.gov.br

Jorge Hage Sobrinho
Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho
Secretário Executivo

Valdir Agapito Teixeira
Secretário Federal de Controle Interno

Marcelo Nunes Neves da Rocha
Corregedor-Geral da União

Marcelo Stopanovski Ribeiro
Secretário de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

Antônia Eliana Pinto
Ouvidora-Geral da União

Tiragem: 15.000 exemplares
Capa e editoração: Ascom/CGU
Impressão: Gráfica LM
Disponível no sítio www.cgu.gov.br
Permitida a reprodução parcial ou total desde que indicada a fonte.



Saiba mais sobre a CGU
www.cgu.gov.br

F000374